

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Aos dezesseis dias do mês de fevereiro de dois mil e doze, no horário das catorze horas e quinze
2 minutos, na sala de reuniões nº 312-1 do Bloco A da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à
3 Avenida dos Estados, 5001, Santo André, SP, realizou-se a I sessão ordinária da Comissão de
4 Graduação (CG), previamente convocada e presidida pelo Pró-Reitor de Graduação, Derval dos Santos
5 Rosa, com a presença dos seguintes membros: Ahda Pionkoski Grillo Pavani, Coordenadora do curso
6 de Engenharia de Energia; Ana Lucia Crivelari, Suplente de técnico-administrativo; Anderson Orzari
7 Ribeiro, Coordenador do curso de Licenciatura em Química; Arilson da Silva Favareto, Coordenador
8 do Bacharelado de Ciências e Humanidades (BC&H); Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, Diretor do
9 Centro de Ciências Naturais e Humanas (CCNH); Carlos Alberto da Silva, Coordenador do curso de
10 Bacharelado em Ciências Biológicas; Cícero Ribeiro de Lima, Coordenador do curso de Engenharia
11 Aeroespacial, Daniel Miranda Machado, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática;
12 Daniel Pansarelli, Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Denise Consonni, Assessora
13 Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação; Edson Pinheiro Pimentel, Vice-diretor do Centro de
14 Matemática, Computação e Cognição (CMCC); Eduardo Peres Novais de Sá, Coordenador do curso de
15 Bacharelado em Física; Emery Cleiton Cabral Correia Lins, Coordenador do curso de Engenharia
16 Biomédica; Everaldo Carlos Venâncio, Coordenador do curso de Engenharia de Materiais; Fabiana
17 Soares Santana, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; Felipe Cesar
18 Torres Antonio, Representante Suplente dos discentes; Gilberto Martins, Diretor do Centro de
19 Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Giorgio Romano Schutte, Coordenador
20 do curso de Bacharelado em Relações Internacionais; Jabra Haber, Vice-coordenador do curso de
21 Engenharia de Gestão; Johnny Seron Bispo, representante dos discentes; Luana Mara Almeida
22 Teixeira, Representante dos técnicos administrativos; Luiz Henrique Bonani do Nascimento,
23 Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Maria Beatriz Fagundes, Vice-coordenadora do
24 curso de Licenciatura em Física; Patrícia Del Nero Velasco, Coordenadora do curso de Licenciatura em
25 Filosofia; Peter Claessens, Coordenador do curso de Bacharelado em Neurociência; Roberto Jacobe
26 Rodrigues, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica;
27 Rosana Louro Ferreira e Silva, Coordenadora do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Silvana
28 Maria Zioni, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em Planejamento Territorial; Vagner Guedes
29 de Castro, Representante dos técnicos administrativos; Vani Xavier de Oliveira Junior, Coordenador
30 do curso de Bacharelado em Química; Virginia Cardia Cardoso, Coordenadora do curso de
31 Licenciatura em Matemática; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, Coordenador do curso de
32 Bacharelado em Políticas Públicas. Ausências justificadas: Dácio Roberto Matheus, Coordenador do
33 curso de Engenharia Ambiental e Urbana; José Fernando Queiruga Rey, Coordenador do curso de
34 Bacharelado de Ciências e Tecnologia (BC&T); Ausentes: José Henrique Souza, Coordenador do curso
35 de Bacharelado em Ciências Econômicas. Não-votantes: Adriana Capuano, docente do Bacharelado
36 em Políticas Públicas; Cristian Favio Coletti, Vice-coordenador do curso de Bacharelado em
37 Matemática; Danilo Silvério, Representante suplente dos técnicos administrativos; Joel Felipe, Pró-
38 Reitor de Assuntos Comunitários e Políticas Afirmativas (PROAP); Luciano Soares da Cruz, Vice-
39 coordenador do curso de Bacharelado em Física; Maisa Helena Altarugio, Assessora da Pró-Reitoria
40 de Extensão; Marcelo Augusto Christoffolete, Coordenador dos Laboratórios Úmidos; Marco Antonio
41 Bueno Filho; Coordenador do Projeto de Ensino-Aprendizagem Tutorial (PEAT); Maria Cristina
42 Zomingnan, Chefe da Divisão Acadêmica em exercício. Apoio Administrativo: Amanda Cássia da Silva
43 Burle, estagiária; M. Aparecida O. Ferreira e Tânia V. Teruel Sywon, secretárias executivas da Pró-
44 Reitoria de Graduação. Havendo quórum legal, o professor Derval dos Santos Rosa cumprimentou os

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 presentes e abriu a sessão às catorze horas e quinze minutos. **Informes da Presidência:** 1) agradeceu
2 a presença do professor Giorgio, que participava da reunião da CG, como membro, pela primeira vez;
3 2) justificou a ausência dos professores José Fernando Queiruga Rey e Dácio Roberto Matheus; 3)
4 registrou a presença do professor Marcelo Christoffolete, que está assumindo a Coordenação dos
5 Laboratórios Didáticos Úmidos, em substituição ao professor Leonardo Steil; 4) informou que o
6 professor Fernando Sales, Coordenador dos Laboratórios Didáticos Secos, por questões pessoais,
7 solicitou sua substituição. Ressaltou que a Coordenação Geral de Laboratórios Didáticos tem como
8 metas a definição de políticas para uso dos laboratórios didáticos pelos docentes nos horários
9 extrassala e a questão da alocação didática, em relação a definições de demandas e necessidades.
10 **Informes dos membros:** Felipe, representante suplente dos discentes, agradeceu aos professores
11 Joel, Maísa, Marco Antonio e Leonardo Steil pela participação durante o cursinho preparatório do
12 projeto EPU – Escola Preparatória da UFABC, do ano passado, que contou com a presença de cento e
13 quarenta alunos de escolas públicas, com aproximadamente cento e oitenta formandos até o final.
14 Trata-se de um curso preparatório direcionado aos candidatos da região, para facilitar o ingresso na
15 UFABC. Mais de dez alunos do curso passaram na primeira e segunda chamada. No ano anterior,
16 foram cerca de cinquenta por cento. O projeto tem auxiliado muito, tanto na formação dos alunos de
17 licenciatura quanto na inclusão social. Fez um apelo para renovação desse projeto, que envolvia cerca
18 de cinquenta alunos da graduação, sob a coordenação do discente Júlio Carvalho de Paiva. Comentou
19 que seu custo é quase inexistente. Abordou, a seguir, três questões: a) sobre a psicóloga da UFABC,
20 que trabalha há aproximadamente um ano, e não há levantamento ou parecer sobre o atendimento
21 aos alunos, solicitando, se possível, a presença dela na CG para apresentação do referido parecer; b)
22 cortes de matrículas: relatou breve histórico de quando começou em 2009, no Comitê de Graduação,
23 havia uma planilha justificando os cortes. Solicitou que seja feito o mesmo atualmente, publicando-se
24 os motivos dos cortes no site; c) Apologia ao Nazismo. Durante as eleições do DCE, no final de
25 novembro do ano passado, houve um caso de apologia ao Nazismo dentro da Universidade. Uma
26 série de alunos participou desse evento, que foi documentado e filmado. Pessoas que se sentiram
27 ofendidas querem entrar com ação no Ministério Público. Felipe solicitou a análise do assunto.
28 Respondendo às questões, professor Derval informou que transmitirá à Proap a demanda sobre a
29 psicóloga. No caso de corte de matrículas, são feitas reuniões extraordinárias com os representantes
30 da CG, para tratar desse assunto, e os resultados são divulgados. Quanto à questão da apologia ao
31 Nazismo, enviar notificação formal, por meio da Secretaria Acadêmica da Prograd, à Comissão de
32 Transgressão Disciplinar da Graduação, para abertura do processo. Em caso de dúvida, entrar em
33 contato com o servidor Sérgio Ballaminut, secretário da Comissão Disciplinar, lotado na Prograd.
34 Johnny, representante discente, informou que no último quadrimestre de dois mil e onze foi criado o
35 Diretório Acadêmico de São Bernardo do Campo. Ele próprio faz parte da gestão eleita em dezembro
36 passado e gostaria de trabalhar junto às comissões de cursos sediadas em SBC para melhoria da
37 estrutura do câmpus e reestrutura dos cursos lá sediados. Professor Derval destacou a importância da
38 implementação dos dois câmpus de forma homogênea. Na Comissão de Acolhimento aos
39 Ingressantes já estão sendo colocados representantes de Santo André e de São Bernardo do Campo.
40 Prosseguindo, convidou a professora Maísa Altarugio, que representava o professor Plínio Zornoff
41 Táboas, Pró-Reitor de Extensão (Proex), a fim de apresentar o informe sobre extensão no Plano
42 Nacional de Educação. **Informes gerais:** 1) A Extensão no Plano Nacional de Educação. Professora
43 Maísa justificou a ausência do professor Plínio e falou sobre dois informes: a) “UFABC para Todos”:
44 evento aberto à comunidade externa, basicamente formado por alunos de Ensino Médio,
45 programado para os dias catorze e quinze de junho. No início de março, será formada uma comissão

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 organizadora para a qual serão nomeados servidores dos diversos setores da Universidade. Convidou
2 os docentes, técnicos administrativos e alunos a participar como voluntários da comissão,
3 inscrevendo-se via e-mail endereçado à Proex; b) “Plano Nacional da Educação (PNE)”: uma das ações
4 do PNE, ainda não aprovado pelo Congresso, inclui ações ligadas à Extensão. A partir da aprovação do
5 PNE, os cursos de graduação deverão ter em seu currículo ações extensionistas. Não se sabe ainda o
6 percentual da grade horária e ainda não há dados e estratégias definidos, que ficam a cargo de cada
7 instituição. Também será nomeado um grupo de trabalho composto por coordenadores dos
8 bacharelados interdisciplinares e cursos específicos. Acredita que, no final de março, será feita a
9 nomeação pela Reitoria. Convidou os membros da CG para participar deste grupo de trabalho, de
10 longa duração, cujo objetivo será definir as estratégias da UFABC para inclusão das ações
11 extensionistas nos currículos da graduação. Professor Derval agradeceu a presença da professora
12 Maísa e ressaltou a importância do assunto, que será um desafio para todas as coordenações de
13 cursos, pois implicará em alterações curriculares, uma vez que a prática de extensão se dará de forma
14 disciplinar. Isso traz um componente novo a ser discutido, que, se aprovado, será ponto de avaliação
15 pelo Inep. Comenta-se no MEC, e entre os pró-reitores de graduação, que este tópico representará
16 em torno de dez por cento da carga horária. Passou a palavra ao professor Joel, para apresentar o
17 informe seguinte. 2) Revisão dos Programas de Apoio e Assistência Estudantil UFABC. Professor Joel
18 informou que, a convite do professor Derval, apresentaria à Comissão de Graduação a proposta sobre
19 a Revisão dos Programas de Apoio e Assistência Estudantil na UFABC. Fez uma apresentação da
20 proposta e comentou que o programa deverá ser implementado de forma articulada com as
21 atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando ao atendimento de estudantes regularmente
22 matriculados em cursos de graduação presenciais das instituições federais de ensino superior.
23 Comentou que, desde o início, a UFABC oferece duas bolsas, moradia e permanência, e que será feita
24 a revisão dos programas. O PNAES – Programa Nacional de Assistência ao Estudante – regulamenta a
25 concessão de recursos ao estudante na graduação e tem dez áreas de atuação: moradia estudantil;
26 alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio
27 pedagógico; acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais
28 do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Segundo o PNAES, nem todos os estudantes
29 da graduação são público-alvo de repasse de recursos da União, no entanto, o subsídio oficial da
30 Universidade é de sessenta por cento oferecido a todos os estudantes. Professor Joel comentou que,
31 apesar dos esforços da Universidade, os gastos são muito altos e não se atinge tudo o que se
32 pretende fazer pelo PNAES. Há muito o que melhorar, por isto as políticas afirmativas em assistência
33 estudantil serão revistas com o intuito de aperfeiçoar os programas de apoio para adequação às
34 diretrizes e parâmetros nacionais e reivindicações orçamentárias do MEC e MPOG
35 (Andifes/Fonaprace, Matriz PNAES) e vários outros fatores. As metas da nova proposta são:
36 unificação das atuais bolsas em bolsa permanência, ou seja, manter a bolsa permanência que será
37 fragmentada em diversos auxílios; incentivo e valorização da produção acadêmica dos bolsistas dos
38 programas de apoio; monitoramento do desempenho acadêmico do bolsista; utilização de recursos
39 de assistência estudantil para estudantes mais carentes (ex.: Auxílio Alimentação com subsídio
40 integral aos bolsistas); maior credibilidade dos programas de apoio na comunidade acadêmica em
41 resposta às críticas sobre as “bolsas-baladas”, “bolsas-ervejas”. A proposta será apresentada no
42 expediente do ConsUni de vinte e sete de março de 2012. 3) Alteração da Resolução ConsUni nº 47.
43 Professor Derval explicou que, no último Conselho Universitário, houve pedidos de conselheiros com
44 referência ao número de representantes dos técnicos administrativos e discentes que fazem parte
45 dos órgãos colegiados, em especial na Comissão de Graduação. Nesse sentido, a presidência do

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Conselho Universitário solicitou à Pró-Reitoria de Graduação, por meio da CI nº 175, a revisão da
2 resolução ConsUni nº 47. Em resposta, a Prograd informou que estava em estudo, por um grupo de
3 trabalho da CG, a questão do credenciamento de docentes na graduação, e previa-se que os
4 resultados deste estudo demandassem novas alterações na referida resolução. Após
5 encaminhamento da discussão sobre o credenciamento, será trazida a este fórum uma proposta de
6 composição de participação dos técnicos administrativos e discentes. Sendo assim, tão logo se tenha
7 proposta de alteração da Resolução nº 47, que contemple ambos os tópicos, será enviada ao
8 ConsUni. 4) Proposta para criar o GT Jubilação. Convidou o professor Marco Antonio, coordenador do
9 PEAT, para falar a respeito. Professor Marco Antonio explicou que o PEAT, em conjunto com a Divisão
10 de Assuntos Educacionais, atende a cerca de duzentos alunos de jubilação, e surgiram reflexões sobre
11 a resolução ConsEP nº 44. Acredita-se que há necessidade de se rever o fluxo, o controle e os
12 critérios, porque a atual resolução contempla alunos que não se enquadram no conceito de jubilação.
13 Deixou o convite aos interessados em fazer parte do grupo de trabalho sobre jubilação. Professora
14 Rosana, participante do grupo de trabalho anterior, comentou que no momento não poderá fazer
15 parte deste GT, mas coloca-se à disposição para falar sobre o estudo realizado no ano de 2009.
16 Ficaram definidos os representantes do CECS (Mário Minami); CCNH (professor Marco Antonio, como
17 coordenador); dois representantes discentes Johnny e Felipe; Proap (professor Joel) e dois
18 representantes da Prograd, e, a definir, o representante do CMCC 5) Recursos de equivalência.
19 Professor Derval comentou que durante o ano de dois mil e onze houve cerca de dois mil e
20 quinhentos pedidos de equivalência, e, desses pedidos, cento e quarenta entraram com recurso.
21 Segundo a resolução ConsEP nº 64, de maio de 2010, os recursos devem ser analisados por esta
22 comissão. Passou a palavra à servidora Cristina para falar sobre o fluxo. Cristina explicou que em
23 relação à equivalência, os alunos trazem os documentos comprobatórios, e encaminha-se o processo
24 aos Centros. Quando não consegue aprovação, o aluno tem o direito de entrar com recurso, porém
25 existe o problema do encaminhamento do recurso. Há dificuldades para analisar esse tipo de recurso
26 na CG, pois demanda tempo para avaliação dos documentos. Foi levada uma caixa contendo os cento
27 e quarenta processos pendentes, para mostrar a dificuldade de efetuar sua análise na CG. Por esta
28 razão, propõe-se a criação de um grupo de trabalho, com representantes de cada Centro, para a
29 análise dos recursos. Professor Derval comenta que, a seu ver, é importante a CG delegar poderes
30 para ter respaldo e resolver de forma mais rápida a questão dos recursos. Professor Daniel Miranda
31 comentou que, segundo sua experiência como representante dos alunos na CG da Unicamp, do ponto
32 de vista jurídico, não se pode tirar a delegação dos recursos da CG porque deve haver um grupo
33 deliberativo grande para dar legitimidade à questão. Naquela Universidade, havia um comitê que
34 analisava, dava o parecer e fornecia os relatórios; a CG votava e fazia destaques; votava-se em bloco,
35 confiando no comitê. Sugeriu criar-se um comitê dentro da CG para fazer as relatorias. Respondendo
36 a perguntas do discente Felipe quanto à representação de alunos no comitê e à concessão de
37 entrevistas aos demandantes, informou que pelo fato de o processo de equivalência e o comitê
38 serem técnicos, não vê necessidade de representante discente e de conceder entrevistas aos alunos,
39 que devem encaminhar o recurso de forma correta. Professor Derval passou a palavra à professora
40 Denise para falar sobre a alteração da Resolução ConsEP nº 64. Professora Denise informou que foi
41 criado um grupo de trabalho com a participação das divisões acadêmicas da Prograd e dos três
42 Centros e, durante o mês de janeiro, foi discutida a reforma da resolução nº 64 sobre equivalência,
43 que está totalmente inadequada para o atendimento do volume de solicitações. Trata-se de uma
44 resolução do início de 2010 quando o volume de solicitações era aproximadamente quinhentas por
45 ano, e atualmente está em torno de duas mil e quinhentas. Os prazos estão defasados. A resolução

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 prevê um prazo de sessenta dias para resposta ao aluno e não se está conseguindo cumpri-lo. A
2 proposta para alterações está prevista na pauta do Expediente de hoje. O objetivo deste comitê é
3 tentar concluir esses cento e quarenta recursos e aprovar o mais rápido possível esta nova resolução,
4 mais compatível com os recursos para análise de equivalência, e começar um processo novo em que
5 os recursos terão de ser mais cuidadosos. O representante discente, Felipe, sugeriu que se informasse
6 ao aluno o motivo da recusa, em caso de indeferimento do recurso. Professor Derval recomendou
7 que se tratassem na CG apenas os casos de destaque, no que foi secundado pela professora Fabiana.
8 Solicitou aos diretores presentes a indicação dos representantes dos Centros. Há uma proposição de
9 nomes, mas necessita de um encaminhamento. Ana Crivelari se propôs a fazer parte do comitê. O
10 presidente da mesa perguntou aos membros se havia alguém que discordasse da formação deste
11 comitê. Não havendo oposição, foi proposto que, após a indicação dos diretores de Centros, o Comitê
12 fosse formalizado pela Pró-Reitoria de Graduação, com validade de trinta dias. **Ordem do Dia:** 1) Ata
13 da III Reunião Ordinária de 2011, realizada no dia 1º de dezembro de 2011. Aprovada com uma
14 alteração e seis abstenções. 2) Ata da X Reunião Extraordinária, realizada no dia 24 de novembro de
15 2011. Aprovada sem alterações e seis abstenções. 3) Resolução de Monitoria Acadêmica. Professor
16 Eduardo Novais apresentou o seguinte relato: *"A proposta apresentada tem excelentes qualidades. A*
17 *principal característica da proposta é que os monitores serão contratados por um contrato anual.*
18 *Dessa forma, os monitores poderão ser alocados as disciplinas logo no início de cada quadrimestre,*
19 *bem como poderão participar da elaboração e planejamento das disciplinas no período entre*
20 *quadrimestres. A proposta cria dois conjuntos de monitores. O primeiro conjunto de monitores atuará*
21 *nos bacharelados interdisciplinares, agindo em um conjunto de disciplinas pré-definida no edital. O*
22 *segundo conjunto de monitores atua junto a cada um dos cursos específicos. Cada curso terá direito a*
23 *10% do número de vagas oferecidos no SISU em monitores. Esse monitores deverão atuar junto ao*
24 *coordenador de curso e coordenadores de disciplinas ao longo do ano em várias disciplinas do curso.*
25 *Do ponto de vista operacional esse proposta tem várias vantagens ao sistema atual: i) possibilita o*
26 *uso dos monitores no planejamento das atividades das disciplinas; ii) cria a possibilidade de remanejar*
27 *os monitores entre disciplinas; iii) permite aos conselhos de centro redistribuir as vagas de monitores*
28 *para contemplar particularidades dos cursos específicos. Finalmente, do ponto de vista do candidato a*
29 *monitoria, a proposta propicia uma oportunidade de participar em um conjunto amplo de disciplinas*
30 *bem como a possibilidade de ter uma renda constante durante todo o ano. De certa forma, a proposta*
31 *transforma a monitoria acadêmica em uma iniciação à docência. O processo de seleção dos*
32 *candidatos está muito bem adequado à proposta, já que coloca a possibilidade de uma entrevista dos*
33 *candidatos com os coordenadores como um dos elementos fundamentais da seleção. Apesar de todas*
34 *as suas qualidades, devo destacar alguns pontos para debate da comissão de graduação: 1. Art. 1:*
35 *incluir que um dos objetivos da monitoria é: "auxiliar aos cursos (específicos e BIs) no desenvolvimento*
36 *das atividades didáticas, de forma a ajudar aos alunos da UFABC a atingir a excelência acadêmica." 2.*
37 *Art. 7 parágrafo 3: "é vedado ao monitor: atribuir notas e conceitos às atividades do curso." Em minha*
38 *opinião essa redação é muito restritiva e descaracteriza as práticas de monitoria usuais. Faz parte da*
39 *monitoria ter responsabilidades pela avaliação do aluno. Corrigir relatórios e listas de exercício é um*
40 *atividade normal de monitoria. 3. Art. 7 parágrafo único: "é vedado atribuir ao monitor atividades de*
41 *responsabilidade do docente ou funções meramente burocráticas, que venham descaracterizar os*
42 *objetivos da monitoria. "Novamente a redação é restritiva demais. A monitoria é um trabalho e*
43 *portanto não há demérito algum de ser fazer trabalho burocrático. Por exemplo: da maneira como*
44 *está redigido o parágrafo eu entendo que um monitor não poderia passar notas para uma planilha -*
45 *já que esse é um trabalho burocrático. 4. Art. 11: acho a palavra inadimplente forte demais, dando*

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 *uma conotação pejorativa. Sugiro redigir o texto da seguinte forma: "No caso do coordenador do*
2 *curso e/ou da disciplina não cumprir quaisquer das atribuições estabelecidas nesta Resolução, a Pró-*
3 *Reitoria de Graduação não dará andamento à concessão dos benefícios previstos no Edital,*
4 *especialmente o pagamento de bolsas. Resolvida as pendências, o encaminhamento dos benefícios*
5 *será retomado." 5. Art. 13: parágrafos III: o critério para inscrição me parece muito baixo: CA=2,0. 6.*
6 *Art. 4 parágrafo 4 e o Art. 14 especificam que alunos de pós-graduação podem participar do*
7 *programa de monitoria, mas sem a possibilidade de bolsa. Acredito que isso é um erro. O aluno de*
8 *graduação pode ter precedência sobre as bolsas, contudo não pagar o trabalho desenvolvido por um*
9 *aluno de pós-graduação é estrategicamente e juridicamente inadequado. Só vejo duas possibilidades:*
10 *i) se proíbe a participação de alunos de pós-graduação no programa; ii) se pague ao aluno de pós-*
11 *graduação pelo o mesmo que se paga ao aluno de graduação. Note que não pagar pelo trabalho*
12 *desrespeita um princípio básico de justiça: trabalho igual, pagamento igual. Finalmente, alunos de*
13 *pós-graduação seriam de fundamental importância para disciplinas do último ano dos cursos*
14 *específicos. Quando o aluno de graduação se torna apto a ser monitor dessas disciplinas ele se forma.*
15 *Em todos os meus comentários, se torna claro minha opinião: a monitoria serve para desenvolver o*
16 *aluno monitor e prepará-lo para a docência. Contudo, a monitoria também é um trabalho que*
17 *demandam responsabilidades condizentes com a idade e experiência do monitor. Minhas opiniões se*
18 *baseiam em minha experiência de monitoria na UNICAMP: 1) durante a minha graduação fui monitor*
19 *das disciplinas de graduação Física III e IV; 2) durante a minha pós-graduação fui monitor das*
20 *disciplinas de graduação Física Nuclear, Estado Sólido e Mecânica Quântica, bem como das disciplinas*
21 *de pós-graduação Mecânica Quântica I e II". Professor Eduardo comentou os itens destacados, e o*
22 *assunto foi posto em discussão. Professor Cícero perguntou qual a qualificação exigida para a seleção*
23 *dos monitores do terceiro ano. Professor Jabra lembrou que, conforme discutido no expediente da*
24 *última reunião, poderia haver mais monitores para disciplinas com maior demanda de alunos. Sua*
25 *proposta é elencar disciplinas com maior demanda de alunos, atribuindo-lhes percentual maior.*
26 *Nesse sentido, professor Derval leu o Art. 18 da proposta de resolução, cujo parágrafo único diz que*
27 *os Conselhos de Centros poderão propor uma distribuição diferente para alguma especificidade,*
28 *respeitando o número total de vagas. Passou a palavra ao Felipe, que discordou dos itens dois, três,*
29 *quatro, cinco e seis da relatoria: Item 2) segundo sua experiência como monitor, não considera*
30 *atividade normal de monitoria a correção de relatórios e listas de exercício, devido à grande*
31 *quantidade deste tipo de trabalho. Sugeriu manter o Art. 7, parágrafo três; Item 3) a exclusão do Art.*
32 *7, parágrafo único, dá margem à atribuição de atividades de docente ao monitor; Item 5) o CA = 2,0 é*
33 *o critério base da Universidade e não há motivo para exigir mais que isso para a inscrição; Item 6)*
34 *Felipe solicitou verificar a viabilidade jurídica para o aluno de pós-graduação acumular bolsa de*
35 *monitoria e bolsa de pós. Professor Emery confirmou ser possível. Comentando as falas de Felipe,*
36 *professor Daniel Miranda acrescentou que o monitor pode corrigir trabalhos que não tenham peso*
37 *significativo, dentro da jornada de trabalho; preocupa-se com a baixa procura de monitoria; concorda*
38 *com o critério de CA mais alto e propôs CA acima de 2,5. Sugeriu colocar critério de prioridade para*
39 *alunos de graduação, porém com participação de alunos da pós-graduação. Com relação ao Art. 18,*
40 *Inciso II, sobre as vagas ofertadas, como o número de anos dos cursos são diferentes, aquelas*
41 *deveriam ser calculadas de forma proporcional ao número de vagas versus o número de anos de*
42 *duração dos cursos do pós-BC&T, perfazendo quinze por cento para as engenharias. Professor Edson*
43 *Pimentel concordou com o relator em relação ao item que trata da questão da avaliação. Acredita ser*
44 *possível ao monitor fazer correção de exercícios, desde que esteja bem instruído pelo seu professor-*
45 *orientador e que seja estabelecido um conjunto de critérios para determinar se uma atividade está*

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 correta ou errada, pois, também, considera isso uma tarefa de aprendizado. Considerou ruim
2 estabelecer muitas restrições em uma resolução que deveria ser mais permanente do que transitória.
3 Em relação ao Coeficiente de Aproveitamento, discordou do parecer do relator, justificou que a
4 monitoria tem relação com o conhecimento do monitor na disciplina à qual ele se candidatou,
5 enquanto que o CA e o CR são uma “fotografia” mais abrangente do perfil do estudante dentro da
6 universidade. Não se opôs ao CA dois. Professora Fabiana considerou a resolução muito detalhada em
7 relação às atividades do monitor. Acrescentou que há disciplinas em que não teria sentido um
8 monitor fazer correção de trabalhos, e outras em que, se o monitor não a fizer, não terá nada para
9 fazer, por exemplo. Ponderou que deveria ser mais enxuta nesse aspecto. Sugeriu retirar o inciso III
10 do Art. 7º. Professor Peter sugeriu distinguir correção de atribuição de notas, pois a atribuição de
11 notas pelo monitor pode ter consequências legais. Professor Gilberto comentou a respeito do Art. 68
12 do Estatuto da UFABC: *A UFABC criará funções de monitor, para alunos dos cursos de graduação, e de*
13 *assistência ao Docente, para alunos da pós-graduação, que se submeterem a avaliações específicas*
14 *nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada*
15 *disciplina* e propôs incluí-lo nos “considerandos” da Resolução. Sugeriu então que esta Resolução de
16 monitoria não contemplasse os alunos de pós-graduação, para os quais já está previsto o Programa
17 de Assistência aos Docentes. Professora Denise lembrou a fala do professor Eduardo em relação às
18 disciplinas de últimos quadrimestres. Sugeriu não proibir a participação dos alunos de pós-graduação
19 na monitoria, pois eles poderão contribuir para aquelas disciplinas, mas deixar claro na Resolução que
20 eles não poderão receber a bolsa. Não havendo mais comentários, o Presidente colocou a proposta
21 em votação, que foi aprovada com duas abstenções, contendo as seguintes alterações: 1) incluir no
22 Art. 1º que um dos objetivos da monitoria é auxiliar os cursos (específicos e BI) no desenvolvimento
23 das atividades didáticas, de forma a ajudar os alunos da UFABC a atingir a excelência acadêmica; 2)
24 retirar o inciso III do Art. 7º; 3) retirar o parágrafo único do Art. 7º; 4) substituir a palavra
25 inadimplência por pendência; 5) retirar o parágrafo 2º do Art. 4º e incluir no Art. 68 do Estatuto da
26 UFABC no considerando; 6) no inciso II do Art. 5º incluir “trabalhos acadêmicos” após elaboração e
27 correção de material didático; 7) no inciso II do Art. 18. incluir que as vagas serão calculadas em até
28 10% para os cursos de 4 anos, e 15% para os de 5 anos, de acordo com os recursos disponíveis. 4)
29 Proposta de Resolução que estabelece o número máximo de créditos no qual um discente pode
30 solicitar matrícula em um quadrimestre letivo. O representante discente, Johnny Seron Bispo,
31 apresentou o seguinte relato: *“A resolução visa limitar o número de créditos em que um discente pode*
32 *se matricular em um quadrimestre letivo. Segundo relato do Professor Ronei Miotto, constante na Ata*
33 *01/2011 da Comissão de Graduação, “os alunos podem se matricular em quantos créditos quiserem, e*
34 *com isso, não se sabe ao certo quantas turmas são formadas. Citou que, no último quadrimestre,*
35 *houve mais matrículas no ajuste do que no período de matrículas, fato que gera complicações, uma*
36 *vez que a abertura e o fechamento de turmas ocorrem durante o remanejamento e antes do ajuste.*
37 *Citou como exemplo que, há turmas com 40% do limite necessário, que poderiam ter sido mescladas*
38 *com outras e liberadas essas vagas para outras disciplinas.”* Lembrou que junto a esta Resolução
39 havia outra com a proposta de limitar os trancamentos. Continuou com a leitura de seu parecer: *“Não*
40 *foram apresentados dados que demonstrem que a limitação proposta vá impactar de forma*
41 *substancial a formação de turmas e, portanto, a aprovação de tal resolução nada mais será que uma*
42 *aposta. É certo que existe abuso por parte do corpo discente desta universidade, que ao aproveitar as*
43 *possibilidades de matrícula e cancelamento geram distorções que devem ser corrigidas, porém vejo a*
44 *limitação proposta como um remédio inadequado para o problema que efetivamente se pode*
45 *diagnosticar: o abuso do uso do mecanismo de cancelamento de disciplinas. O cálculo proposto,*

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 16+5CR, não é, realmente, restritivo em demasia, sendo que atende às necessidades do discente
2 mediano, porém é prejudicial em casos de fronteira ou no caso dos alunos que desejem cursar mais de
3 um bacharelado de forma concomitante, o que pode ser incomum para os bacharelados pós-BCT, mas
4 que é um desejo comum para os bacharelados pós-BCH devido às sinergias entre os cursos. Portanto,
5 vejo tal resolução um remédio ineficaz, desnecessário para a doença que se busca combater, que tem
6 efeito colateral que atingirá um número limitado de discentes, mas atingirá a este número limitado de
7 forma desnecessária. Como discente fui atraído para a UFABC devido a seu projeto de "inovação,
8 interdisciplinaridade e liberdade acadêmica", e vejo tal resolução como o princípio de uma mudança
9 de direção. Mudança que pode nos conduzir aos caminhos tradicionais do controle disciplinar.
10 Reintegro que existe um problema a ser solucionado, o qual não pode ser negado pelos discentes, que é
11 o abuso do uso do mecanismo de cancelamento de disciplinas, porém para este problema devemos
12 buscar a solução adequada, que a meu ver não é a proposta na presente resolução. Findou seu relato
13 convidando a todos com acesso à internet a entrarem no site da Prograd para verem as justificativas
14 dos alunos na planilha de cancelamento de disciplina. Ressaltou que, em sua opinião, o grande
15 problema está nos cancelamentos de disciplinas, e não no número de créditos em que um discente se
16 matricula. Afirmou que, a partir do momento que for repensado o mecanismo de cancelamento, os
17 discentes terão maior cuidado e responsabilidade na hora em que se matricular em números
18 elevados de créditos. Finalizou reforçando que é contra a resolução. O discente Felipe manifestou sua
19 opinião de que, caso a resolução seja aprovada, deverá valer apenas para os ingressantes de 2013.
20 Professor Jabra informou que alguns alunos, quando não gostam do professor, cancelam a disciplina,
21 prejudicando assim, aqueles que queriam cursá-la e não conseguiram. Professora Fabiana lembrou
22 que, a princípio, essa proposta acompanhava a de cancelamento de disciplinas. Observou que tal
23 proposta de resolução não limita o aluno que tem CR 3, apenas o que tem o CR baixo. O discente
24 Johnny esclareceu que o pedido de desmembrar esta resolução da que limita os cancelamentos fora
25 uma decisão em conjunto dos membros da CG, e não um pedido dos alunos. Considerou necessária a
26 resolução sobre os cancelamentos. Professor Emery observou que, na resolução, o TCC deve ser
27 substituído por Trabalho de Graduação. Concordou que essa resolução deve existir e que a equação
28 está bem adequada à realidade dos alunos. Professor Anderson alertou que a "nossa liberdade é com
29 responsabilidade, não é liberdade para experimentar e dizer que não quer". Observou que hoje os
30 alunos cursam disciplinas durante duas semanas e as cancelam, causando um grande prejuízo ao
31 Projeto Pedagógico. Considerou a regra ruim, mas necessária na prática. Disse que a fórmula sugerida
32 é condizente com a proposta de TPI e não fere o rendimento do Projeto Pedagógico. Professor
33 Arnaldo concordou que essa medida é dura para o aluno, mas necessária. "Pode ser que daqui a cinco
34 anos ela não seja mais". Sugeriu avaliá-la durante um ano e que, em se havendo necessidade, não há
35 problemas em alterá-la. O discente Felipe sugeriu divulgar o nome do professor antes do período da
36 matrícula para diminuir os cancelamentos. Professora Fabiana não se opôs a informar o nome do
37 professor da disciplina antes da matrícula. Professor Anderson propôs que no Art.2º, seja incluído um
38 parágrafo para que a fórmula não seja aplicada ao aluno que tem CR maior que três. O discente
39 Johnny ressaltou que deveria ser retomada a proposta de resolução sobre o cancelamento de
40 disciplinas. Não havendo mais comentários, a proposta com a correção sugerida e a inclusão de um
41 novo parágrafo no Art. 2º que permite ao aluno com CR maior que três a se matricular além do limite
42 de C=16+5CR, foi posta em votação e aprovada com dois votos contrários. Tendo em vista o avançado
43 da hora, concordou-se que os demais tópicos serão tratados na reunião de continuação, a realizar-se
44 no dia oito de março, às nove horas. -----

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Aos oito dias do mês de março de dois mil e doze, no horário das nove horas e quinze minutos, na
2 sala de reuniões nº 312-1 do Bloco A da Universidade Federal do ABC (UFABC), sita à Avenida dos
3 Estados, 5001, Santo André, SP, realizou-se a continuação da I sessão ordinária da Comissão de
4 Graduação (CG), previamente convocada e presidida pelo Pró-Reitor de Graduação, Derval dos Santos
5 Rosa, com a presença dos seguintes membros: Ahda Pionkoski Grillo Pavani, Coordenadora do curso
6 de Engenharia de Energia; Arnaldo Rodrigues dos Santos Junior, Diretor do Centro de Ciências
7 Naturais e Humanas (CCNH); Carlos Alberto da Silva, Coordenador do curso de Bacharelado em
8 Ciências Biológicas; Cristiane Otero Reis Salum, Vice-coordenadora do curso de Bacharelado em
9 Neurociência; Dácio Roberto Matheus, Coordenador do curso de Engenharia Ambiental e Urbana;
10 Daniel Miranda Machado, Coordenador do curso de Bacharelado em Matemática; Daniel Pansarelli,
11 Coordenador do curso de Bacharelado em Filosofia; Danilo Silvério, Representante suplente dos
12 técnicos administrativos; Denise Consonni, Assessora Acadêmica da Pró-Reitoria de Graduação;
13 Eduardo Peres Novais de Sá, Coordenador do curso de Bacharelado em Física; Emery Cleiton Cabral
14 Correia Lins, Coordenador do curso de Engenharia Biomédica; Felipe Cesar Torres Antonio,
15 Representante suplente dos discentes; Gilberto Martins, Diretor do Centro de Engenharia,
16 Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas (CECS); Giorgio Romano Schutte, Coordenador do curso de
17 Bacharelado em Relações Internacionais; Hugo Barbosa Suffredini, Vice-coordenador do curso de
18 Bacharelado em Química; Jabra Haber, Vice-coordenador do curso de Engenharia de Gestão; José
19 Fernando Queiruga Rey, Coordenador do curso de Bacharelado de Ciências e Tecnologia (BC&T);
20 Marcelo Zanotello, Coordenador do curso de Licenciatura em Física; Michelle Rodrigues Nastasi,
21 Representante suplente dos discentes; Roberto Jacobe Rodrigues, Vice-coordenador do curso de
22 Engenharia de Instrumentação, Automação e Robótica; Rosana Louro Ferreira e Silva, Coordenadora
23 do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas; Ruth Ferreira Santos Galduroz, Vice-coordenadora do
24 curso de Licenciatura em Matemática; Vagner Guedes de Castro, Representante dos técnicos
25 administrativos; Vitor Emanuel Marchetti Ferraz Junior, Coordenador do curso de Bacharelado em
26 Políticas Públicas. Ausências justificadas: Sandra Irene Momm Schult, Coordenadora do curso do
27 Bacharelado em Planejamento Territorial; Silvana Maria Zioni, Vice-coordenadora do curso de
28 Bacharelado em Planejamento Territorial; Ausentes: Anderson Orzari Ribeiro, Coordenador do curso
29 de Licenciatura em Química; Arilson da Silva Favareto, Coordenador do Bacharelado de Ciências e
30 Humanidades (BC&H); Cícero Ribeiro de Lima, Coordenador do curso de Engenharia Aeroespacial;
31 Everaldo Carlos Venâncio, Coordenador do curso de Engenharia de Materiais; Fabiana Soares
32 Santana, Coordenadora do curso de Bacharelado em Ciência da Computação; José Henrique Souza,
33 Coordenador do curso de Bacharelado em Ciências Econômicas; Luiz Henrique Bonani do Nascimento,
34 Coordenador do curso de Engenharia de Informação; Patrícia Del Nero Velasco, Coordenadora do
35 curso de Licenciatura em Filosofia. Não-votantes: Ana Lucia Crivelari, Representante suplente dos
36 técnicos administrativos; Luciano Soares da Cruz, Vice-coordenador do curso de Bacharelado em
37 Física. Apoio Administrativo: Amanda Cássia da Silva Burle, estagiária; M. Aparecida O. Ferreira e
38 Tânia Vasconcelos Teruel, secretárias executivas da Pró-Reitoria de Graduação. Havendo quórum
39 legal, o professor Derval dos Santos Rosa cumprimentou os presentes e abriu a sessão às nove horas
40 e quinze minutos. Lembrou que esta era a continuação da reunião de dezesseis de fevereiro, na qual
41 foram feitos os informes e tratados os quatro primeiros itens da ordem do dia. Como o professor
42 Emery seria o relator dos itens cinco e seis, pediu autorização à Comissão de Graduação para que
43 apresentasse esses dois itens ao mesmo tempo. Ordem do Dia: 5) Proposta de resolução que
44 regulamenta as normas para criação, alteração e extinção de disciplinas dos cursos de Graduação da
45 UFABC. 6) Proposta de resolução que estabelece normas e procedimentos para o fluxo dos Projetos

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 Pedagógicos dos cursos de Graduação da UFABC, antes da deliberação dos órgãos competentes.
2 Professor Emery apresentou o seguinte relato: “Criação, alteração e extinção de disciplinas dos Cursos
3 de Graduação da UFABC”. “Contexto e Histórico: A temática da resolução proposta foi amplamente
4 discutida na Comissão de Graduação (CG), donde se sugeriu a criação de um grupo de membros da CG
5 para elaboração desta resolução. O grupo formado pelos membros: Anderson Orzari Ribeiro
6 (Licenciatura em Química), Eliane Cristina da Silva Nascimento (DAE/PROGRAD) e Fabiana Soares
7 Santana (Bacharelado em Ciências da Computação). O modelo inicial da resolução foi apresentado
8 como expediente na sessão da CG do dia 17/11/2011, onde houve novas sugestões de texto, e chega a
9 essa sessão na sua ordem do dia. Avaliação: O texto apresentado na resolução está conciso e objetivo.
10 Menores alterações são recomendadas abaixo: - Sugestão observada a partir do Art. 2º. Parágrafo 8º:
11 que o modelo de plano de ensino da PROGRAD contemple os roteiros de aula prática. - Na minha
12 interpretação o Art.3º. concatena informações dos órgãos de avaliação das propostas (§ 1º, § 2º, § 3º,
13 § 6º e § 9º) e de peculiaridades dos procedimentos (§ 4º, § 5º, § 7º e § 8º). Assim, sugiro alterar a
14 organização da norma: Cap.1 – Objetivo (Art.1); Cap. 2 – Definições(Art.2); Cap.3 – Personagens (Art.3
15 – proponente: Coordenações dos cursos; Art. 4 – Órgãos Consultivos/Deliberativos); Cap 4.
16 Procedimentos; Cap 5. Disposições Gerais (Atuais Art.5º; Art.6º; Art. 7º e Art. 8º). Sugestão de texto:
17 Art.3 – Cabem às Coordenações dos cursos propor a criação, alteração ou a extinção das disciplinas. §
18 1º - O proponente da criação, alteração e ou extinção de disciplina deverá apresentar sua proposta de
19 acordo com formulário definido pela Pró-Reitoria de Graduação da UFABC. (antes Art. 4º.). § 2º - É
20 obrigação do proponente atualizar os conteúdos da disciplina periodicamente em um interstício
21 máximo de 2 anos. - Alteração no Art. 4º. Parágrafo 1º. Texto: Alteração de disciplinas que pertençam
22 a natureza obrigatória ou de opção limitada de um único curso específico serão apreciadas somente
23 pelas instâncias Plenária/Coordenação do Curso e Conselho de Centro. Apesar do Conselho do Centro
24 ter representação discente, os alunos interessados no curso específico estão representados na
25 Coordenação do curso específico. - Sugestão: Propor uma resolução que preveja a avaliação das
26 ofertas das disciplinas. - O formulário está adequado. Não há alterações sugeridas. Conclusão: Sou
27 favorável à aprovação do documento, considerando as sugestões propostas”. “Fluxo dos Projetos
28 Pedagógicos dos Cursos de Graduação da UFABC”. “Contexto e Histórico: A temática da resolução
29 proposta foi amplamente discutida na Comissão de Graduação (CG), donde se sugeriu a criação de um
30 grupo de membros da CG para elaboração desta resolução. O grupo formado pelos membros:
31 Anderson Orzari Ribeiro (Licenciatura em Química), Eliane Cristina da Silva Nascimento
32 (DAE/PROGRAD) e Fabiana Soares Santana (Bacharelado em Ciências da Computação). O modelo
33 inicial da resolução foi apresentado como expediente na sessão da CG do dia 17/11/2011, onde
34 houver novas sugestões de texto, e chega a essa sessão na sua ordem do dia. Avaliação: O texto
35 apresentado na resolução está completo; é conciso e objetivo. Aborda com clareza a natureza dos
36 PPC, as disposições e os personagens para propor novos PPC e alterar os PPC vigentes; explica a
37 avaliação dos PPC e ratifica a reavaliação periódica do texto mesmo. Dessa forma, menores
38 alterações são recomendadas abaixo: Disposição transitória. Art. 1º Após a aprovação desta
39 resolução, os Projetos Pedagógicos vigentes do Bacharelado em Ciência e Tecnologia (BC&T) e dos
40 cursos específicos vinculados ao mesmo deverão ser revisados no prazo máximo de 2 (dois) anos. Art.
41 2º Após a aprovação desta resolução, os Projetos Pedagógicos vigentes do Bacharelado em Ciências e
42 Humanidades (BC&H) e dos cursos específicos vinculados ao mesmo deverão ser revisados no prazo
43 máximo de 3 (três) anos. - Não há recomendação de alteração no modelo proposto para redação dos
44 PPC. Conclusão: Sou favorável à aprovação desta resolução”. Professor Emery comentou ter feito um
45 histórico comum aos dois relatos. Disse que o parecer mais simples é o do fluxo do projeto

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 pedagógico dos cursos de graduação e deixou claro que os projetos pedagógicos em vigência
2 precisam de alteração imediata. Referindo-se à resolução de criação, alteração e/ou extinção de
3 disciplinas, recomendou algumas alterações, conforme o relato. Sentiu falta de um regimento que
4 preveja a avaliação das disciplinas. A seu ver, a CG deverá estudar como os cursos devem realizar a
5 avaliação das próprias disciplinas, apresentando um relatório anual de seu oferecimento ao longo do
6 ano, desempenho dos alunos e número de alunos matriculados na disciplina em relação ao número
7 de alunos matriculados no curso. Este tipo de informação deveria ser levada à Prograd a fim de que
8 se pudesse definir quais disciplinas precisam ou não continuar nos projetos pedagógicos na intenção
9 de maximizar o uso do professor na Universidade. Abriu-se o assunto para discussão. Felipe abordou
10 o Art. 3º, parágrafo 8º, e sugeriu a seguinte redação: “A extinção de disciplina deverá prever
11 proposta de convalidação por disciplinas que contenham similaridade em carga horária, conteúdo e
12 categoria”. Professor Dácio manifestou dúvidas quanto à necessidade de proposta de convalidação
13 para disciplinas livres. Argumentou que, por serem livres, não faz sentido convalidação, não é
14 exigência para integralização de créditos de nenhum curso. Quanto à carga horária, sugeriu verificar o
15 termo correto (exemplo: “carga horária compatível”) a fim de evitar distorções que mudem
16 radicalmente as exigências de integralização de crédito. Professor Emery respondeu que é difícil ter-
17 se disciplinas com o mesmo número de créditos para fazer a convalidação. Professora Denise
18 agradeceu a sugestão do Felipe, e, com relação à compatibilidade de número de créditos, afirmou
19 que o sistema faz a compensação dos créditos de disciplinas convalidadas para efeito de
20 integralização. Com referência à convalidação de disciplinas livres, esclareceu que, inicialmente, nas
21 resoluções de convalidações, colocaram-se apenas disciplinas obrigatórias e de opção limitada,
22 porém, na prática, nota-se que o aluno cursa duas disciplinas livres de conteúdos muito similares e,
23 como não se convalidam por serem livres, a Universidade obriga-se a contar os créditos das duas. Isso
24 não é interessante para o projeto pedagógico, pois o discente recebe créditos em duplicidade pelo
25 mesmo conhecimento. Por esta razão, é importante que a convalidação valha também para as
26 disciplinas livres. Professor Daniel Miranda salientou que a convalidação de disciplinas é um problema
27 grave e deve ser tratada em separado da criação, alteração e extinção de disciplinas, numa nova
28 resolução. Sobre a relatoria, há pontos de divergência: a) Item 6: a obrigação de revisão periódica a
29 cada dois anos é um trabalho demasiado estressante. A revisão periódica dos cursos não implica em
30 revisão periódica de disciplinas; b) Item 5, Art. 2º par. 7º: nova disciplina deve ter novo código e não
31 novo nome. O aluno deve fazer a matrícula pelo código; c) Art. 2º parágrafo 8º: divergiu fortemente
32 de que a proposta de disciplina tenha de conter obrigatoriamente o plano de ensino. Em sua opinião,
33 deveria haver outra resolução em que constasse a responsabilidade das coordenações do curso em
34 elaborar e manter o plano de ensino. Sugeriu retirar o parágrafo oito, no que teve a concordância de
35 outros docentes. Professor Emery concordou com professor Daniel a respeito da responsabilidade
36 das coordenações quanto ao plano de ensino e acrescentou que deveria haver um histórico a respeito
37 de atividades práticas, que estão sem regimento. É confuso ao docente e ao aluno não conhecer as
38 práticas relacionadas às disciplinas. Tais práticas (modelos e formas de execução) deveriam constar
39 do plano de ensino, já que as ementas são generalizadas. Quanto à fala do professor Emery, professor
40 Derval comentou haver no site da Prograd uma Instrução Normativa sobre plano de ensino, que
41 contempla também os planos de aulas práticas. Wagner fez três observações: a) Art. 2º, parágrafo 7º:
42 não vê necessidade de se mudar o nome da disciplina caso se altere sua carga horária; b) no artigo 3º,
43 inciso IV, “recomendação de disciplinas”, sugeriu incluir o Inciso V em que conste também “pré-
44 requisitos de disciplinas”. Mencionou o artigo 49 do Estatuto da UFABC que diz poder-se utilizar de
45 requisitos para se cursar disciplinas. Se for aprovada, a inserção de “requisito” deverá também ser

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 acrescentada no formulário; c) Art. 6º: não foi previsto no formulário o parecer da Divisão Acadêmica
2 do Centro. Sugeriu a seguinte alteração da ordem da redação: “se houver necessidade, encaminhar à
3 DAE”, a seguir, mencionar o parecer da Divisão Acadêmica do Centro e, em última instância, o envio
4 ao Conselho do Centro. Danilo Silvério fez os seguintes comentários: a) Art. 2º, parágrafo 7º: a
5 alteração de nome só seria necessária caso a disciplina anterior continuasse existindo. Há um
6 problema de concordância no texto. Da forma como está redigido, entende-se que só o código deve
7 ser diferente. A forma correta deveria ser “cujo nome e código devem ser diferentes”; b) Art. 6º:
8 mencionar claramente se a DAE seria consultada ou não. Professor Dácio solicitou deixar claro na
9 Instrução Normativa que, no ato da matrícula, o aluno poderá ter acesso ao plano de ensino. Com
10 relação à questão do nome, propôs mudar somente o código. Quanto à fala do Vagner, posicionou-se
11 contrário à inclusão do termo pré-requisito na resolução, pois isso implicaria em mudanças no projeto
12 pedagógico e mudanças profundas na forma como os alunos acessariam, caminhariam dentro do
13 projeto pedagógico e montariam seu currículo. É um assunto a ser discutido especificamente. Felipe
14 salientou que não cabe nesta, e talvez em nenhuma outra resolução, a obrigatoriedade de “pré-
15 requisitos de disciplinas”. Professora Cristiane comentou o Art. 3º, parágrafo 5º, sobre criação e
16 extinção de disciplinas, consideradas como alteração do projeto pedagógico, e solicitou que a
17 resolução não seja retroativa, pois o Bacharelado de Neurociência possui disciplinas inseridas no
18 curso desde o ano de dois mil e dez. Propôs que essa resolução permita que as disciplinas já incluídas
19 no projeto pedagógico não constem como alteração deste. Sugeriu complementar o texto “são
20 consideradas alterações no projeto pedagógico do curso, desde que não inseridas na sua criação”.
21 Professor Derval disse que, no seu entender, em nenhum momento esta proposta invalidará qualquer
22 tipo de aprovação do projeto pedagógico de Neurociência. Mas fará destaque da colocação. Professor
23 Gilberto reforçou a ideia de, no parágrafo 3º do Art. 2º, e no Art. 3º, além de “recomendação”,
24 acrescentar, como aparece no estatuto, “e requisitos, quando for o caso”. Esse texto existe desde a
25 aprovação do estatuto, é uma prerrogativa utilizada em casos específicos, e deve ser considerado.
26 Professor Daniel Miranda ressaltou que o termo “pré-requisitos” deve aparecer no texto, e a
27 Comissão de Graduação deverá discutir este assunto mais apuradamente. Dando encaminhamento
28 ao assunto, professor Derval retomou as sugestões emitidas e colocou-as em votação: 1) Art. 2º
29 parágrafo 7º: retirar “cujo nome e código” e alterar para “cujo código”. Aprovado com dezesseis
30 votos favoráveis, dois votos contrários e três abstenções; 2) Parágrafo 8º: aprovada a sua retirada
31 com doze votos favoráveis e quatro abstenções; 3) Inclusão do Art. 3º (antigo artigo 3º): “Cabem às
32 coordenações de cursos proporem a criação, alteração e extinção de disciplinas”. Aprovado, com um
33 voto contrário e uma abstenção; 4) o Art. 4º passa a ser o parágrafo 1º do Art. 3º. Aprovado, com
34 uma abstenção; 5) inclusão do parágrafo 2º: “É obrigação do proponente revisar os conteúdos da
35 disciplina periodicamente num interstício máximo de dois anos”. Aprovado, com três votos contrários
36 e uma abstenção; 6) acrescentar no parágrafo 1º do antigo Art. 3º a palavra “Coordenação” após
37 Plenária. Aprovado com três votos contrários e uma abstenção; 7) acrescentar ao final do parágrafo
38 8º do Art. 3º após convalidação, conforme Resolução do ConsEPE; 8) no formulário associado à
39 Resolução deverá ser incluído o espaço para o parecer da Divisão Acadêmica do Centro. O Presidente
40 colocou em votação o parecer da Proposta de Resolução, que estabelece as normas e procedimentos
41 de fluxos dos Projetos Pedagógicos dos cursos de graduação da UFABC antes da deliberação dos
42 órgãos competentes, que foi aprovada com uma abstenção. 7) Substituição da disciplina obrigatória
43 no Bacharelado de Políticas Públicas. Em nome do relator, professor Valdecir, que teve sua ausência
44 justificada, professora Cristiane apresentou o seguinte relato: *A solicitação é excluir a disciplina*
45 *BC1415, Introdução a Inferência Estatística como disciplina obrigatória do curso citado e introduzir a*

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 *disciplina BH1227, Métodos Quantitativos para Ciências Sociais, em substituição do mesmo.*
2 *Primeiramente, é de fundamental importância que exista uma disciplina básica na área de Inferência*
3 *Estatística no currículo obrigatório do curso de BPP, já que é um curso que também se caracteriza por*
4 *coleta e análise de dados na área de Ciências Sociais. Portanto, qualquer uma das duas disciplinas*
5 *satisfaz esta necessidade básica do curso. Entretanto, ao analisarmos a ementa das duas disciplinas,*
6 *(demonstração do quadro comparativo) dos temas apresentados nas ementas, o parecer é contrário à*
7 *criação da disciplina BH1227 - Métodos Quantitativos para Ciências Sociais, e favorável a manutenção*
8 *da disciplina BC1415 – Introdução a Inferência Estatística como disciplina introdutória obrigatória não*
9 *só para o BPP, mas também para qualquer curso que necessite de noções básicas de Inferência*
10 *Estatística no seu currículo, para não onerar os recursos docentes e de infraestrutura da UFABC, nem*
11 *para impedir uma maior convivência dos alunos de um curso com alunos de outros cursos, além de*
12 *facilitar a vida acadêmica (tanto dos docentes, TA's e alunos) e enriquecer a formação de toda a*
13 *comunidade acadêmica no sentido de se envolverem com aplicações de uma mesma disciplina em*
14 *várias áreas do conhecimento. O presidente abriu o tema para discussões. Professor Vitor lembrou*
15 *que o pedido de substituição foi motivado por solicitação de alguns dos professores que perceberam*
16 *que a disciplina de Introdução à Inferência Estatística ofertada para o Bacharelado em Políticas*
17 *Públicas foi pensada com a necessidade de um pré-requisito. Segundo eles, para que essa disciplina*
18 *fosse ofertada com qualidade, era preciso que o aluno já tivesse cursado Função de uma Variável,*
19 *Funções de Várias Variáveis e que tivesse noções de Distribuição Contínua, disciplinas estas que não*
20 *existem na grade do BC&H. Comentou que está de acordo com o relato na medida em que traz a*
21 *ideia de que uma disciplina introdutória não necessitaria de pré-requisitos, mas salientou que, na*
22 *realidade, não é o que tem acontecido na sala de aula. Solicitou refletir-se a respeito do papel das*
23 *disciplinas introdutórias para os cursos interdisciplinares e as suas consequências para os cursos*
24 *específicos. Disse saber que há uma diferença entre recomendação e pré-requisito, mas se há a*
25 *recomendação, do ponto de vista pedagógico, há necessidade de que o aluno tenha passado por*
26 *alguns dos tais pré-requisitos. Solicitou, em nome da coordenação do Bacharelado de Políticas*
27 *Públicas, do colegiado e da plenária, que essa disciplina não seja dada em sala de aula com exigências*
28 *que não cabem ao BC&H. Acrescentou que, os cursos que virão e que estão começando a ofertar sua*
29 *grade específica, poderão passar por essas dificuldades. Propôs que se resgate a ideia de se montar*
30 *um grupo de trabalho para discutir a grade dessas disciplinas introdutórias e como solucionar esses*
31 *problemas de origem, que vão gerar problemas futuros para o bom andamento dos cursos da UFABC.*
32 *Professor Daniel Miranda explicou que essa disciplina surgiu dentro do Bacharelado em Matemática;*
33 *foi criada há algum tempo para ser uma disciplina comum e introdutória a vários cursos do BC&T e*
34 *não foi pensada para a área de humanas. Concordou que, apesar das ementas serem idênticas, elas*
35 *não são idênticas em sua realização. Professora Cristiane acrescentou que segundo o relato essa*
36 *disciplina vai contra a otimização de recursos de docente e estrutura física, pois se trata de uma*
37 *coincidência de setenta e cinco por cento nas ementas das duas disciplinas. Em sua opinião,*
38 *considerou que o problema está nas ementas. Professor Dácio concordou com a questão que a*
39 *professora Cristiane colocou em relação à coincidência da porcentagem nas ementas. Sugeriu que as*
40 *ementas sejam devidamente corrigidas, ou seja, especificar-se claramente na ementa da nova*
41 *disciplina o que é necessário para métodos quantitativos em ciências sociais, que difere de inferência*
42 *estatística. Então, carregar mais nas questões de inferência, se é essa a principal abordagem e*
43 *distinguir essa ementa da outra de forma que fique claro para o aluno que se trata de disciplinas*
44 *diferentes. Acrescentou que é contrário à criação de uma disciplina para cada curso, pois desta forma*
45 *se estaria abolindo o projeto do bacharelado interdisciplinar. Disse ainda, que temos que ter a*

ATA Nº 01/2012
COMISSÃO DE GRADUAÇÃO

1 capacidade de explicitar as ementas e diferenciar substancialmente uma da outra, de modo a não dar
2 margem a diversas interpretações. Professor Daniel Pansarelli alertou que o relato e as falas
3 referenciam a criação de uma nova disciplina, mas a matéria que está em pauta é a utilização de uma
4 disciplina já existente, que é opção limitada do BC&H e passaria para obrigatória do BPP. Professor
5 Gilberto considerou a observação interessante porque muda o relato. A maioria dos professores
6 corroboraram com a sugestão de adequar as ementas. Professor Emery solicitou esclarecimento do
7 que será votado: se a favor da relatoria, exclui a possibilidade do Bacharelado em Políticas Públicas
8 (BPP) de substituir a disciplina; se contrário, permite que o BPP faça a substituição. Sugeriu retirar o
9 item da pauta por acreditar que a discussão não está madura. Dois membros secundaram a proposta
10 do professor Emery. Professor Vitor lembrou que essa disciplina estava no projeto original do BPP,
11 mas foi retirada devido a algumas questões. Porém, quando o curso começa a ganhar vida, o
12 problema reaparece. Acrescentou que, se o item for retirado de pauta, não significa que não irá
13 voltar. Professor Giorgio e professor Arnaldo concordaram que o item tem maturidade para ser
14 votado. A seguir, o presidente colocou a proposta de substituição da disciplina em votação, que foi
15 aprovada com quinze votos favoráveis e cinco abstenções. Tendo em vista o avançado da hora,
16 acordou-se que os demais itens da pauta seriam incluídos na pauta da próxima sessão ordinária, a
17 realizar-se no dia quinze de abril. O presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a sessão às
18 dezoito horas. Do que para constar, nós, M. Aparecida O. Ferreira e Tânia V. Teruel Sywon, secretárias
19 executivas, lavramos e assinamos a presente ata aprovada pelo Pró-Reitor de Graduação, professor
20 Derval dos Santos Rosa, e pelos demais presentes à sessão.-----

M. Aparecida O. Ferreira
Secretária Executiva

Tânia V. Teruel Sywon
Secretária Executiva

Derval dos Santos Rosa
Pró-Reitor de Graduação